

## Prefácio de José Eli da Veiga

Quem era muito jovem no final dos anos 1970 provavelmente não se lembrará de que até aquela época seria rechaçada com extrema ferocidade qualquer preocupação de natureza social ou ambiental que ameaçasse colocar em dúvida a legitimidade da maximização a ferro e fogo da rentabilidade nos negócios ou do aumento do PIB.

Circunstância atenuante no caso brasileiro foi o curto tempo decorrido para que fossem recicladas suas instituições escravocratas e predatórias. A inércia cultural fazia com que predominasse entre empresários e políticos um arrogante desprezo por ambições de equidade, proteção da natureza e até de democracia. Bem mais chocante, portanto, é lembrar que mesmo na Europa, no Japão ou na América do Norte, eram sistematicamente espinafreados mesmo tímidos alertas de prudência no uso de agrotóxicos, por exemplo.

É fácil notar, portanto, que muita coisa mudou para melhor. E não poderia haver evidência mais ilustrativa do que o fato de uma das inúmeras vítimas da ferocidade acima lembrada estar aqui prefaciando um livro cujo ambicioso objetivo é justamente o oposto: demonstrar que os negócios do setor financeiro serão mais rentáveis se as organizações neles envolvidas incorporarem o que cada vez mais vem sendo entendido como “responsabilidade socioambiental”.

O leitor notará que os autores quase sempre preferem empregar outra fórmula, já explicitada no título: a da incorporação da “sustentabilidade”, entendida como aplicação prática, pelas empresas, do “conceito de desenvolvimento sustentável”. E é justamente esse contraste de preferências que fornece uma excelente ocasião para se refletir sobre as características desse processo que, em menos de meio século, virou do avesso certas posturas de muitas das mais avançadas corporações financeiras.

Foi em discussões no âmbito da ONU sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento que o adjetivo “sustentável” emergiu

como recurso para impedir que em nome do progresso os defensores da natureza fossem sistematicamente estigmatizados pelos paladinos do crescimento econômico. Durante discussão em um simpósio de agosto de 1979, de repente alguém saiu com a seguinte tirada: “Não somos contra o desenvolvimento, apenas queremos que ele seja sustentável”. E foi o bastante para que começasse a emplacar a expressão “desenvolvimento sustentável”.

Até aquele momento esse adjetivo era de uso comum apenas em pesquisas sobre extrativismo e agricultura, nas quais se procurava determinar até que ponto se podia explorar algum recurso natural sem comprometimento da manutenção do ecossistema ou da fertilidade do solo. Quando o mesmo adjetivo passou a ser usado para qualificar um desejo sobre o futuro processo de desenvolvimento das sociedades, deixou de ser tão claro o seu sentido. E essa ambigüidade certamente ajudou bastante para que o anátema desse lugar a um razoável diálogo entre as partes, já que cada lado atribuiu ao termo a conotação que mais lhe convinha. Não poderia ser surpreendente, portanto, o bizarro debate sobre duas sustentabilidades - a “fraca” e a “forte” - que logo depois entreteve a pequena comunidade dos economistas que levam a sério as questões ambientais.

Nesse contexto, é preciso esclarecer que os adeptos da dita “sustentabilidade fraca” admitem a possibilidade de que ocorra todo tipo de substituição entre os três fatores mais importantes de qualquer processo econômico: seres humanos, restante da natureza, e meios criados pelos primeiros para explorar o segundo. Ou seja, trabalho, terra e capital, no reducionismo dos economistas clássicos. Já para os adeptos da “sustentabilidade forte”, esses três pilares são mais complementares que substituíveis, sobretudo porque a economia é na realidade um subsistema fortemente dependente da natureza, e não o contrário, como sonham todos os tecnocratas, sejam ou não economistas.

Todavia, a questão mais séria para o tema deste livro não está nesse conflito entre duas concepções da “sustentabilidade”. Está, sim, no fato de que ambas as concepções se referem exclusivamente à dimensão macro da sociedade ou de seu sistema econômico. Nem sequer ocorre a seus respectivos adeptos a aplicação da noção de sustentabilidade a algum dos seus microagentes, como é o caso dos

bancos, dos fundos de pensão ou de outras organizações do setor financeiro descritos nesta obra.

Para a abordagem usada neste livro, “sustentabilidade é uma maneira de fazer as coisas e tomar decisões levando-se em conta as pessoas, o lucro e o planeta”. As companhias que a buscam “atuam sob a perspectiva da longevidade”, pois o que lhes interessa é que seus negócios tenham sucesso a longo prazo. Por isso, simultaneamente envidam esforços no sentido de contribuir “para o desenvolvimento das comunidades, para a criação de um ambiente saudável e de uma sociedade rica e estável”.

Não é necessário esmiuçar as dúvidas que podem ser provocadas por essa retórica para que o leitor simplesmente note que houve mais um salto quando a noção de sustentabilidade foi transferida do âmbito do processo de desenvolvimento para o restrito universo de uma companhia. Ao lançarem em 1979 a idéia que o desenvolvimento poderia ser sustentável, aqueles ambientalistas que participavam do simpósio da ONU queriam dizer essencialmente que o crescimento econômico deveria ser subordinado, ou pelo menos condicionado, à conservação ecossistêmica. Agora as empresas mais avançadas estão empregando a noção de sustentabilidade para dizer que a busca de lucro deve respeitar certos códigos de responsabilidade ética, tanto em relação às pessoas, quanto em relação ao seu meio ambiente. No entanto, são coisas bem diferentes, pois nada garante, nem é desejável, que todas as empresas sejam tão duráveis ou perenes. Ao contrário, é bem provável que a sustentabilidade do desenvolvimento exija justamente um intenso processo de destruição criativa, no qual as empresas duráveis serão no máximo exceções que confirmam a regra.

Nada disso impede, contudo, que esta obra seja extremamente útil. E o que há de mais fascinante em seus seis capítulos são as descrições analíticas das várias trajetórias que estão sendo percorridas pelas empresas do setor financeiro para efetivamente inocularem responsabilidade socioambiental em todas as suas rotinas. Um esforço que sempre exige rupturas com inúmeras heranças dos tempos em que a única regra a ser respeitada era a de “levar vantagem aqui e agora”.

Nessa nova maneira de abordar o ambiente de negócios no setor financeiro - aqui chamada de “sustentabilidade” -, surge uma nítida troca temporal decorrente da convicção dos dirigentes e executivos dessas companhias de que o respeito a um código de ética correspondente garante vantagens que serão muito mais duradouras. Entre elas, a imensa satisfação de se ter a consciência tranqüila e de se poder mostrar com orgulho aos filhos e netos que a busca do lucro permitiu ajudar, em vez de impedir, o exercício da solidariedade com as atuais e as futuras gerações. Pois o que está verdadeiramente em jogo quando se decide favorecer a conservação dos ecossistemas é a qualidade de vida que a espécie humana ainda poderá desfrutar antes de sua inescapável extinção.

Não é essa a única conexão entre a evolução darwiniana e o conteúdo deste estimulante panorama do que de melhor está ocorrendo no setor financeiro. Há pelo menos mais uma, talvez chocante, mas que poderá ter muita importância para novas pesquisas sobre o mesmo tema: a própria interpretação dos desdobramentos do processo desencadeado no referido simpósio da ONU em agosto de 1979.

No cerne da moderna síntese darwiniana está a idéia de que na seqüência de mutações, que são aleatórias, alguns genes são selecionados de modo determinista e replicados por uma relação de mão dupla com o ambiente na qual prevalece a necessidade de adaptação.

Ora, houve uma óbvia mutação quando a noção de sustentabilidade foi catapultada da biologia populacional para a qualificação do desenvolvimento que parecia aceitável pelos ambientalistas por volta de 1979. O início da seleção desse gene (em vez do “ecodesenvolvimento” que havia surgido dez anos antes) foi obra de uma intelectualidade que deu o tom nos trabalhos da depois célebre Comissão Bruntland. Em seu relatório, apresentado em 1987 à Assembléia Geral da ONU com o título de “Nosso Futuro Comum”, o desenvolvimento sustentável surgiu com a única tábua de salvação da humanidade. Fato que acelerou o processo de replicação, principalmente em meios governamentais, fazendo com que cinco anos depois ganhasse grande ímpeto na Rio-92, tal como a adoção da Agenda 21 e de convenções, como a da biodiversidade e a do clima.

A partir daí, no bojo da larga expansão do processo, surgiram, em 1995, tanto o fórum mundial de finanças impulsionado pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (United Nations Environment Programme Finance Initiative – Unep-FI), quanto iniciativas locais, como foi o caso do Protocolo Verde no Brasil. E tudo isso acabou desembocando na adoção dos Princípios do Equador, em 2003, momento ímpar da decisiva pressão para que se tornasse inadiável o processo adaptativo das organizações financeiras, minuciosamente descrito neste livro.

Finalmente, um fato não menos importante: no início de agosto de 2008 surgiu a notícia de que no Brasil será a equipe de dirigentes do Banco Real que conduzirá a efetiva fusão com o Santander. Não poderia haver evidência mais eloqüente da velocidade com que um gene mais favorável ao processo adaptativo está ocupando o espaço e forçando a eliminação dos menos aptos. Um sinal de que muito em breve ter responsabilidade socioambiental poderá se tornar condição imprescindível à própria sobrevivência de uma firma no setor financeiro. Tomara.

*José Eli da Veiga*

Professor titular do Departamento de Economia da FEA/USP